

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**SABERES ANTROPOLÓGICOS:
MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E
IDENTIDADE EM TERRITÓRIO
INDÍGENA TUPINIKIM NO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO/BRASIL**

**CONOCIMIENTO ANTROPOLÓGICO:
MEMORIA, ANCESTRALIDAD E
IDENTIDAD EN EL TERRITORIO
INDÍGENA TUPINIKIM DEL ESTADO DE
ESPÍRITO SANTO/BRASIL**

Valdemir de Almeida SILVA
Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: val-3105@hotmail.com

José Jorge de CARVALHO
Universidade de Brasília (UnB)
E-mail: jorgedc@terra.com.br



RESUMO¹

O povo indígena Tupinikim, grupo indígena brasileiro, no século XVI, ocupava duas regiões do litoral do Brasil: o Sul do atual estado da Bahia e o litoral do estado de São Paulo. O povo indígena Tupinikim foi o que teve o primeiro contato com a esquadra portuguesa de Pedro Álvares Cabral, em 1500. Atualmente, habitam terras indígenas no município de Aracruz o povo indígena Guarani, que também se encontra na Bolívia, na Argentina, no Uruguai e no Paraguai. No Brasil, os Guarani localizam-se nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (TEAO, 2016). Para efeito de nossa discussão, abordaremos somente o Guarani do Espírito Santo. A partir do século XX, com maior ênfase no final da década de 1960, quando foram intensas as transformações de seu território tradicional, desfigurado numa imensa monocultura de eucaliptos e pelo crescimento de centros urbanos próximos, os Tupinikim foram forçados a estabelecer diversificadas relações com a cidade, contribuindo para a transformação da capital num grande centro e reconfigurando suas fronteiras étnicas. O objetivo é refletir de que maneira nós, povo Tupinikim, e nossos aliados, os Guarani, conseguimos nos afirmar e nos autodeterminar como povos detentores de direitos, em um contexto em que a instalação de uma grande empresa multinacional de celulose no município de Aracruz veio abalar a estrutura social, cultural e econômica dos Tupinikim. Pretendo mostrar de que forma o patrimônio cultural Tupinikim aliado à força espiritual dos Guaranis sustentaram a afirmação de nossos direitos territoriais.

Palavras chave: Povo Indígena Tupinikim. Memória/Ancstralidade. Cultura. Identidade.

RESUMEN

El pueblo indígena Tupinikim, un grupo indígena brasileño, en el siglo XVI, ocupaba dos regiones de la costa de Brasil: el sur del actual estado de Bahía y la costa del estado de São Paulo. Los indígenas tupinikim fueron quienes tuvieron el primer contacto con la flota

¹ A proposta de trabalho se encontra em andamento no curso de doutorado em Antropologia Social (UnB) tem como o título “Saberes Antropológicos: Memória, ancestralidade e identidade em território indígena Tupinikim no Estado do Espírito Santo/Brasil”, surgiu ao longo da disciplina Encontro de Saberes e Diálogos Interepistêmicos, através dos debates de assuntos pertinentes nas aulas, que me deram uma visibilidade e uma ampla reflexão sobre Memória, ancestralidade e identidade em território indígena como elementos fundamentais.

portuguesa de Pedro Álvares Cabral, en 1500. Actualmente, los indígenas guaraníes habitan tierras indígenas en el municipio de Aracruz, quienes también se encuentran en Bolivia, Argentina, Uruguay y en Paraguay. En Brasil, los guaraníes se encuentran en los estados de Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina y Rio Grande do Sul (TEAO, 2016). Para los efectos de nuestra discusión, sólo nos referiremos al guaraní de Espírito Santo. A partir del siglo XX, con mayor énfasis a fines de la década de 1960, cuando las transformaciones de su territorio tradicional fueron intensas, desfigurado en un inmenso monocultivo de eucaliptos y por el crecimiento de centros urbanos cercanos, los tupinikim se vieron obligados a establecer diversificados relaciones con la ciudad, contribuyendo a la transformación de la capital en un gran centro y reconfigurando sus fronteras étnicas. El objetivo es reflexionar sobre cómo nosotros, el pueblo tupinikim, y nuestros aliados, los guaraníes, logramos afirmarnos y autodeterminarnos como pueblos con derechos, en un contexto en el que la instalación de una gran multinacional de celulosa en el municipio de Aracruz vino a sacudir la estructura social, cultural y económica de los Tupinikim. Pretendo mostrar cómo la herencia cultural tupinikim aliada a la fuerza espiritual de los guaraníes apoyó la afirmación de nuestros derechos territoriales.

Palabras clave: Pueblo Indígena Tupinikim. Memoria/Ascendencia. Cultura. Identidad.

INTRODUÇÃO

Num tempo de violência generalizado no país, a reflexão sobre os povos indígenas, assim como a contribuição da interação entre culturas, e sobre as lições que a sua história e suas concepções de mundo e de vida social podem nos trazer, aliada ao exame dos modos de relacionamento que a sociedade e os estados nacionais oferecem à sociedade indígena, constituem um campo fértil para pensarmos o país e futuro que queremos. Na pesquisa que se encontra em andamento, nos debruçamos sobre "Saberes Antropológico: Memória, ancestralidade e identidade em território indígena Tupinikim no Estado do Espírito Santo/Brasil".

Em relação à população indígenas o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE (2010), informa que o Brasil existe, atualmente, 305 povos indígenas, falando mais de 274 línguas e 114 povos indígenas isolados e de recente contato, habitando 1.298 terras indígenas, sendo 408 homologadas e 829 em processo de regularização e/ou reivindicadas.

Valdemir de Almeida SILVA; José Jorge de CARVALHO. SABERES ANTROPOLÓGICOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE EM TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINIKIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. FLUXO CONTÍNUO. JULHO/2022. Ed. 38. V. 1. Págs. 332-344. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

Como aporte metodológico, seguimos a pesquisa-formação, que trata do agente pesquisador e do pesquisado em um conjunto de elementos que, ao final é modificado e transformado. Assim, para Bragança e Oliveira (2011), “a pesquisa-formação coloca-se como um paradigma metodológico que procura romper com a neutralidade e objetividade das práticas de pesquisa, aproximando investigadores e participantes da dinâmica viva do conhecimento” (BRAGANÇA; OLIVEIRA, 2011, pp. 1381-1832).

O Brasil é rico em diversidade étnica, característica peculiar que faz o país multicultural, devido, em parte, ao patrimônio cultural dos diversos grupos sociais formadores da sociedade nacional. Destaque são as etnias indígenas, povos nativos brasileiros, que lutaram contra a ação dos colonizadores europeus. Segundo Stavenhagen, 1985, p. 31:

O conceito de nação tende a rejeitar a idéia de pluralismo étnico. Os conflitos nacionais dilaceraram o império austro-húngaro e conduziram à balcanização do sudeste europeu. O temor da balcanização persegue os nacionalistas por todo o mundo. A União Soviética, no entanto, e depois a Iugoslávia, reconheceram a existência de várias nacionalidades dentro de suas fronteiras nacionais, uma distinção (entre nacionalidades e nações) que é comum no mundo socialista, mas não no ocidente. Contudo, a integração nacional, no sentido de homogeneização cultural e étnica da população, tem sido geralmente, a força motriz da construção nacional. [...] Na América Latina, há muitas décadas, a assimilação ou incorporação das culturas indígenas também tem sido o objetivo declarado de políticas governamentais, como parte do processo de construção nacional (STAVENHAGEN, 1985, p. 31).

Assim, à categoria “identidade” pode-se atribuir o termo “étnico”, ou consideramos comunidades culturais que possuem “fortes laços internos de união e fronteiras bem estabelecidas”.

ORIGINALIDADES DO POVO TUPINIKIM

Segundo Erickson (1988, p. 3), a etnografia:

[...] Significa literalmente escrever sobre os outros. O termo deriva do verbo grego para escrita e do substantivo grego (ethnos) que se refere a grupos de pessoas que não foram gregos; por exemplo: társios, persas e egípcios. A palavra foi inventada no fim do século XIX para caracterizar cientificamente os relatos de narrativa sobre os modos de vida dos povos não ocidentais. Monografias etnográficas diferiam das descrições em livros que foram escritos por viajantes e que se tornaram populares entre os europeus ocidentais educados com um interesse no exótico. Relatos de viajantes foram vistos por antropólogos como incompletos e superficiais (ERICKSON, 1988, p. 3).

Segundo Almeida, Albuquerque e Aoki (2011), a etnografia é método de pesquisa originário da antropologia e pode ser vista como estritamente descritiva. Para tanto, os autores pressupõem que o método de pesquisa concebido atualmente sugere resultados interpretativos, de caráter crítico, o que lhe confere uma intencionalidade distinta de sua interpretação puramente etimológica, e recorrem a Fonseca (1998), afirmando que a etnografia:

[...] tem por vocação dar palavra aos humildes, àqueles que, por definição, nunca têm a palavra: tribos isoladas em campo exótico, povos colonizados, classes dominadas ou grupos em vias de extinção nas sociedades desenvolvidas, ou seja, a etnografia pode ser vista como metodologia característica de uma ciência calcada no concreto e arquétipo do “qualitativo”, com ênfase no cotidiano e no subjetivo, o que favorece sua utilidade na educação (FONSECA, 1998 apud ALMEIDA, ALBUQUERQUE E AOKI, 2011, p. 161).

Etnografia, segundo Malinowski (2019) é um estudo descritivo das diversas culturas e povos. Assim, é descrever e interpretar os hábitos, os valores, os costumes e as práticas culturais de uma comunidade específica. Ela é um processo renomado e conhecido no campo da averiguação antropológica, mas pode ser também apropriada por outras áreas do conhecimento como forma de investigar, em profundidade, comunidades humanas em suas particularidades. A mesma exige de o pesquisador adotar uma série de estratégias lógicas muito específicas. Os Antropólogos descreviam as diferentes culturas e costumes em seu próprio relato de campo, produzidos por viajantes e aventureiros que entravam em contato com os povos nativos, nunca estritamente relacionados à pesquisa científica e teorias. Os Argonautas, monografia escrita por Malinowski (1884-1942) e lançada em 1922, retrata o grande marco fundador da Antropologia moderna, que rompe com essa separação entre o espetador em campo e o erudito.

Por outro lado, sabemos dos vínculos naquele momento histórico da antropologia com o colonialismo dos países centrais europeus. Ele estava no seu auge e submetia territórios africanos, asiáticos, da Oceania e inclusive americanos – apesar das várias independências ocorridas no século anterior.

As culturas dos povos indígenas sofreram profundas modificações a partir do contato com os colonizadores e até os dias atuais, uma vez que dentro das etnias se operaram importantes transformações socioculturais, enfraquecendo imensamente as matrizes cosmológicas e místicas em torno das quais girava toda a dinâmica da vida tradicional, principalmente no que concerne às novas gerações, crianças e jovens da aldeia.

No entanto, se observa um processo de revitalização das culturas indígenas na direção do fortalecimento das práticas culturais e defesa de seus direitos a partir da autodeterminação. Por exemplo, identificamos um maior reconhecimento e revalorização das formas diversas de criação dos filhos, ou até mesmo do relacionamento com os filhos, em que a liberdade e a personalidade têm mais espaço para se expressarem.

A infância tem sido descrita pela antropologia de diversas formas, ocupando espaços importantes de estudos clássicos, como os de Malinowski. Segundo este autor (1982), nas Ilhas Trobriand, as crianças têm muita liberdade, isto significa que saem cedo da tutela dos pais. O autor afirmou que seus pais não davam importância quando seus filhos saíam de casa. Algumas delas obedeciam de bom grado a seus pais, mas isso dependia unicamente do temperamento pessoal tanto dos pais como dos filhos. Sua descrição dava a entender que no mundo destes nativos não existia nenhuma forma de disciplina regular, nem qualquer sistema de correção doméstica (MALINOWSKI, 1982 citado por NAMBLÁ, 2015, p. 21).

A cultura envolve saberes, crenças, mitos, a maneira de organizar o espaço doméstico e social, de plantar e cultivar, o modo de organizar as festas, as histórias, a música, o processamento de alimentos, dentre outros aspectos.

Segundo Teao (2016), foi a chegada da Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI), em 1940, quando a empresa passou a explorar, com autorização do Governo Estadual, 10.000 ha de terras indígenas para a produção de carvão vegetal, que agravou a situação dos indígenas em relação ao controle sobre a terra em que vivem.

Todavia, foi em 1960 que a Aracruz Florestal iniciou seus empreendimentos na região, adquirindo da COFAVI os 10.000 ha de terras indígenas que lhe foram entregues pelo Estado. Em 1967, encontrava-se instalado junto ao povo Tupinikim, em uma área isolada do contato com os não indígenas, o povo Guarani Mbya, oriundo da região sul do país. A instalação do povo Guarani no território foi desde o início permeada de conflitos e de atemorização. A Funai chegou ao estado e não alterou as situações contingentes a que essas populações foram submetidas, haja vista que sua atuação esteve desde o início orientada de forma a viabilizar a política desenvolvimentista militar (TEAO, 2016).

Segundo Luc Boltanski e Eve Chiapello (2009):

As empresas multinacionais também saíram ganhando desses anos de reestruturação do capitalismo mundial. A desaceleração da economia mundial há trinta anos não as afetou realmente. Sua participação no PIB mundial (ele mesmo em alta) não deixou de aumentar, de 17% em meados da década de 60 para mais de 30% em 1995 (Clairmont, 1997).

Considera-se que elas controlam dois terços do comércio internacional, metade do qual, mais ou menos, é constituída por exportações dentro de grupos, entre matrizes e filiais ou entre duas filiais de um mesmo grupo. Sua participação nos custos de "Pesquisa e Desenvolvimento" certamente é ainda maior. Seu desenvolvimento há dez anos tem sido garantido principalmente por fusões e aquisições realizadas no mundo inteiro, acelerando o processo de concentração e de constituição de oligopólios mundiais. Um dos fenômenos mais marcantes desde os anos 80, sobretudo depois de 1985, é o crescimento do "Investimento direto no exterior" (IDE) que se diferencia da troca internacional de bens e serviços pelo fato de haver transferência de direitos patrimoniais e tomada de poder local. (Luc Boltanski e Eve Chiapello, 2009, p.22).

O povo Tupinikim, interdito de coletar, pescar, caçar e plantar nos roçados em seu próprio território passaram a sobreviver de mariscos no mar e no mangue à beira do rio Piraquê-Açu, em 3.000m² de seu território. A partir de 1973, a questão em torno do território indígena Tupinikim começou a ganhar repercussão nacional e internacional, o que levou a Funai, por meio de seu Delegado Regional, João Geraldo Ruas, a transferir o povo Guarani, para a Fazenda Guarani, em Carmésia, Minas Gerais. O povo indígena Tupinikim foi considerado dizimado e, muito embora fossem identificados pela Funai (1973), os Tupinikim viveram um estado descaso e abandono total. Sem algum apoio jurídico, resistiram às condições horríveis impostas pela chegada da empresa multinacional Aracruz Florestal S/A. Na década de 1975, a Funai confirma oficialmente a presença do povo Tupinikim no Espírito Santo (TEAO, 2016).

Em seguida, no ano de 1967, foi instalada na região litorânea de Aracruz a empresa Aracruz Florestal, coincidindo, segundo Teao (1967), com a chegada do povo Guarani ao estado. A empresa, caracterizada por um grande empreendimento industrial, o qual foi financiado pelos militares, que detinham o poder político em todo país, simbolizava, segundo os interesses da elite capixaba, o progresso e a modernização, numa tentativa de deixar para trás uma imagem de estado agrário e, conseqüentemente, atrasado. Tal modernização não atendia aos interesses dos povos indígenas que lá estavam, considerados um entrave para as políticas desenvolvimentistas do país e, sendo assim, o resultado não poderia ser outro senão o início de uma intensa disputa envolvendo os indígenas e a empresa pela posse da terra, a qual perdurou por quatro décadas. Uma indígena da aldeia Irajá e coordenadora da Comissão de Mulheres Indígenas Tupinikim e Guarani, Aleida (2002) afirma o significado da luta indígena no Espírito Santo:

Nós, povos indígenas, percorremos um longo caminho de reconstrução dos nossos territórios e das nossas comunidades. Com essa história

firmente agarrada por mãos coletivas, temos a certeza de que rompemos com o nosso triste passado e nós lançamos com confiança em direção ao futuro. [...] (ALEIDA apud JESUS, 2002, p. 83).

O povo Tupinikim revela esperança e uma disposição de luta de transformar uma realidade de ausência em uma realidade como aquela de outrora, quando dispunham do seu território e ecossistemas. Nessa pulsão de vida, mulheres e homens vão “reexistindo” e reafirmando as suas identidades e alteridades, contexto onde os saberes tradicionais relacionam entes na natureza, acidentes geográficos, paisagens, rios, memórias de sábios vivos e falecidos como o repositório onde as culturas indígenas se realizam. Isso remete a uma cosmovisão que produz sujeitos e identidades sociais, pertencimentos e posições políticas na defesa dos povos indígenas Tupinikim e Guarani.

POVO INDÍGENA TUPINIKIM E GUARANI

Vários estudos mostram que as identidades dos povos indígenas foram duramente afetadas pelo desenvolvimento econômico no Estado, sem, contudo, descreverem as potencialidades de desenvolvimento em tais contextos históricos e culturais. Em minha experiência como educador e professor, tal perspectiva se mostra conflitava com a emergência de saberes que se afirmam a despeito de tais contextos.

Sobre a origem dos povos Tupinikim, pode-se afirmar que está se efetivou a partir da sistematização e articulação de dados arqueológicos e linguísticos. Os povos indígenas estão reconstituindo a sua história através de diferentes movimentos políticos-culturais. “Os anos 1970 e 1980 foi [de] maior visibilidade dos movimentos dos povos indígenas, [...]” (OLIVEIRA e FREIRE, 2006, p. 1870).

Os povos indígenas querem afirmar sua existência e não sinalizar apenas para uma construção cronológica e linear, do tipo antes e depois. Eles estão afirmando tempos e racionalidades que se cruzam e que exigem uma nova leitura da história aprendida e ensinada até então, pois, como questiona Medeiros (1988, p. 61): “Quem sabe das grandes matas e florestas onde os povos indígenas caçavam e que estão sendo derrubadas”?

Saskia Sassen vai desvelando os diversos tipos de expulsões. Ela afirma que estas ocorrem devido a uma seleção selvagem. Sassen, continua [...] Entretanto, o que vivenciamos é um desenvolvimento social da desigualdade, uma democracia comprometida com a lógica mais perversa do capital, a expulsão de povos indígenas de suas terras e/ou propriedades, e também a degradação de matas, florestas e, enfim, do meio ambiente em geral. Assim, a destruição e a exploração da biosfera em uma escala

acelerada: a biosfera não consegue se recuperar e, conseqüentemente, temos vastas extensões de terra e de água mortas devido a monocultura do eucalipto.

Sendo assim, os indígenas do município de Aracruz sobrevivem de projetos de auto sustentação, ora coletivos que envolvem todos os habitantes, ora individuais por família. Assim, sobrevivem da agricultura, trabalhando com a produção e a comercialização de produtos, como mandioca (farinha), milho, feijão, café e maracujá. Segundo Darcy Ribeiro (2006, p. 28): “[...] o povo Tupinikim dava os primeiros passos do trabalho agrícola”. “[...]. A agricultura praticada pelos povos indígenas dava fartura alimentar e variedade de matérias-primas [...]. O artesanato é a forma de reafirmação da cultura, juntamente com a dança do tambor e a dança dos curumins e dos guerreiros. A coleta da aroeira, uma planta nativa, é outra renda familiar na aldeia, que envolve as comunidades indígenas. Dessa forma, a vida dos indígenas dessa aldeia depende totalmente dos ecossistemas, pois os povos indígenas caçam, pescam e mariscam, utilizando-se da madeira para a fabricação de artesanato.

Territórios e Territorialidade Indígenas

As Terras Indígenas do Espírito Santo, situadas no município de Aracruz, estão localizadas numa região bastante antropizada, no litoral norte do Estado, a 80 quilômetros da capital, Vitória. Esta região apresenta grande potencial turístico, por suas praias e belezas naturais, e uma enorme expansão industrial, sediando o maior complexo de indústrias de celulose do mundo, responsável por cerca de 30% de toda a produção de papel branqueado, e situada entre duas importantes bacias hidrográficas: Piraquêaçu e rio Doce. Sua localização privilegiada fez do município de Aracruz um dos principais pontos da imigração italiana no Espírito Santo, dentro de um ideal desenvolvimentista, estimulado pelo Estado desde o século XIX (KLÍTIA LOUREIRO, 2009, p. 41).

No início do século XX, os Tupinikim viviam espalhados por áreas menos povoadas na região de Aracruz, em núcleos familiares que compunham diferentes aldeias e localidades de Araribá, Cantagalo, Olho d’Água, Comboios, Pau Brasil, Caieiras Velhas, Irajá, Guaxindiba, Amarelo, Porto da Lancha, Areal e Sauê, dentre outras. O ecossistema usufruído pelos Tupinikim era exuberante e variado, de floresta de mata atlântica, zona de restingas e manguezais. Os Tupinikim viviam, em geral, da pesca, da caça, da coleta de frutos e da agricultura de subsistência. Esse panorama começou a se alterar a partir da década de 1940, quando a Companhia de Ferro e Aço de Vitória (COFAVI) passou a

explorar 10.000 hectares de floresta do território Tupinikim para a produção de carvão vegetal. Esse empreendimento, autorizado pelo Estado, devastou matas, que logo viraram pastos (QUIEZZA, 2014, p. 40).

Na década de 1950, a construção da BR 101, além de outras rodovias, facilitou o acesso à região habitada pelos Tupinikim no norte do Espírito Santo. Paralelamente a isso, o uso das terras devastadas pela COFAVI para a produção de café e criação de pastos também trouxe impactos para a região. Em meados da década de 1960, surgiram as primeiras notícias dos Guarani-Mbyá entre os Tupinikim de Caieiras Velhas. Contudo, foi nessa mesma época que entrou em cena a Empresa Aracruz Florestal S.A., alterando sobremaneira o ecossistema e a situação social dos índios da região. Essa empresa adquiriu os 10.000 hectares concedidos à COFAVI na década de 1940, obtendo através do Estado mais 30.000 hectares das terras ocupadas pelas Comunidades Indígenas (QUIMARÃES, 1982, p. 143).

O que é território? Santos (2009) ainda recorre a Raffestin, (1993, p. 143), [...], o espaço – na condição de matéria prima natural e um produto resultante da moldagem pela ação social dessa base – e o território – um construto, passível de "uma formalização e/ou quantificação".

Diante da redução dos ambientes coletivos, em decorrência da monocultura do eucalipto, provocando transformações marcantes nos recursos naturais da região, inúmeras tensões vêm marcando a vida das populações tradicionais em Aracruz. A expulsão sistemática eliminou e transformou as identidades sociais a partir da perda da terra, uma vez que não era apenas a saída de suas aldeias que incomodava os Tupinikim, mas a impossibilidade de expressar seus saberes tradicionais em relação à manutenção da vida das famílias e comunidades. Dezenas de famílias foram expulsas e acabaram seus dias nas periferias empobrecidas de Linhares, Aracruz, Vitória, Vila Velha e Serra. (QUIMARÃES, 1982, p. 143).

Nesse contexto, segundo Rostow (1959), que analisa o processo histórico através de etapas do desenvolvimento, de acordo com o modo que cada sociedade, em cada etapa, se debruça a lidar com diversos problemas. Assim sendo, o ecossistema da região onde se localiza a Terra Indígena Tupinikim vem sofrendo inúmeras modificações ao longo dos anos. Desde a época da chegada dos primeiros colonizadores e até os dias atuais (em pleno Século XXI), as transformações foram de tal magnitude, principalmente a partir da década de 40, que autoridades e empresários, na ânsia de implantar grandes empreendimentos

chegaram a negar a existência, em qualquer época, de indígenas nesta região. Não só com a introdução da monocultura do eucalipto, mas principalmente a partir desta, matas, rios, fauna e flora, geração de emprego e renda, e tudo mais referente ao modo de vida dos habitantes desta parte do Estado, foram totalmente modificados. Sem opções ou qualquer direito de se manifestarem, os indígenas se viram obrigados a aderir ao modelo econômico em voga. Inevitavelmente a cultura original destes foi facilmente deixada de lado e os impactos em suas vidas, geralmente mais negativos que positivos, transformou radicalmente e para sempre o destino dos Tupinikim, primeiros habitantes destas (KALNA MARETO E KLITIA, 2009, p. 48).

Nesse sentido Olivier de Sardin (2005), assinala o universo e a compreensão da categoria de desenvolvimento, que se apresenta em duas situações: a primeira se coloca em uma proposta que permite refletir sobre o discurso e a prática de implantações de projetos que envolvem todo um conjunto de justificativas para a elaboração de propostas que são planejadas e a quem são destinadas; e, em segundo lugar, o desenvolvimento que está paralelamente nas ações políticas. No entorno dos territórios das 12 aldeias indígenas dos povos Tupinikim e Guarani, existem hoje 38 empreendimentos de complexos industriais e cidades/ bairros, ou no meio delas. Quanto à situação dos indígenas de Aracruz, estes sofrem com a discriminação e descaso. São muitos os jovens que abandonam a escola muito cedo. Nesse caso, os problemas vêm afetando profundamente a comunidade indígena e, inevitavelmente, prejudicando a atuação da escola, que, sem maiores atrativos, não tem conseguido fazer a diferença positiva em favor dos mais jovens.

A população indígena é vítima do processo colonial, o que não a inviabilizou de ser sujeito. Os não indígenas têm um pouco de idealização das comunidades indígenas como populações que pertencem a outro tempo, não ao tempo presente, e que teriam dado origem a populações mais avançadas e evoluídas, como a civilização ocidental.

De acordo com Oliveira (1976), o conteúdo cultural proposto significa valores que são fatos empíricos “passíveis de serem descobertos” (p. 21). [...].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho nasceu a partir de diálogo em três momentos importantes que vale destacar: primeiramente, a memória ancestral, quando referimo-nos às nossas filosofias e a como elas envolvem as relações humana-natureza, ao descrever saberes e práticas ancestrais; ultimamente, a memória histórica, quando nós indígenas reportamo-nos a

tempos anteriores e, sobretudo, ao que sofremos no passado. Mantém-se, assim, o exercício de curvatura conceitual como risco da ruptura com a história cronológica, quando formulamos reflexões de práticas indígenas que remetem à ancestralidade. A última, memória presente e ativada, quando nós falamos como quem lembra, como quem recorda a vida dos enfrentamentos e das lutas do presente, entre idas e vindas, em tempos aparentemente irreconciliáveis. Trazemos a experiência de perda e destruição dos nossos territórios indígenas. Quando empreendemos todo um esforço para lembrar que a tradição e a vida devem ser rememoradas e devidamente apropriadas / reelaboradas pelas crianças e pelos jovens, os que chegaram após as lutas nas aldeias indígenas.

REFERÊNCIAS

BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Ève. 2009. Introdução Geral: o espírito do capitalismo e o papel da crítica. 1. **O espírito do capitalismo**. In O Novo Espírito do Capitalismo. São Paulo: Martins Fontes. pp. 31-61.

BRAGANÇA, Inês Ferreira de Souza; OLIVEIRA, Maria Soares de. Pesquisa Formação, abordagem (auto) biográfica e acompanhamento; (re) constituindo pontes entre universidade e a escola. In.: **Anais do X Congresso Nacional de Educação / I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação**. Curitiba: PUC- PR, 2011.

ALMEIDA, Severina Alves de (Sissi). ALBUQUERQUE, Francisco Edviges; AOKI, Ana Paula. Etnografia e Observação Participante: O Trabalho de Campo e a Pesquisa Qualitativa no Contexto Indígena Apinayé. In: **Educação escolar indígena e diversidade cultural / Francisco Edviges Albuquerque, Severina Alves de Almeida**, organizadores. – Goiânia: Ed. América, 2012. p. 369.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasília, DF: MEC/UNESCO,2003. ERICKSON, Frederick. What makes school ethnography ethnographic? **Anthropology & Education**. Quarterly, volume 15, 1984.

BRASIL. IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo**. 2010.

COUTINHO, José Maria. **Uma história da educação no Espírito Santo**. Vol.1. Vitória: DEC, 1993.

COUTINHO, José Maria. **Uma História do Povo de Aracruz**. 1. ed. Aracruz: Gráfica Real, 2006.

FONTE, Nilce Nazareno. **Pesquisa científica: o que é e como se faz**. Disponível: people.ufpr.br/~nilce/metodolog.%20pesquisa%20cientifica.doc. Acesso em: 12 de abril de 2021.

Valdemir de Almeida SILVA; José Jorge de CARVALHO. SABERES ANTROPOLÓGICOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE EM TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINKIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. FLUXO CONTÍNUO. JULHO/2022. Ed. 38. V. 1. Págs. 332-344. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

FUNAI – **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em <www.funai.gov.br>. Acesso para pesquisa no dia 12/04/2021.

JUNQUEIRA, Carmen. **Antropologia Indígena**: uma introdução: história dos povos indígenas do Brasil. São Paulo. Ed. EDUC. 2002.

LUCIANO BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro**: o que você precisa saber os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. São Paulo: Editora Ubu, 2019.;

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade: entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. M. & QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.) **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MORAES, Neida Lúcia. **Atlas escolar do Espírito Santo**. Vitória: Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Espírito Santo, 1986.

NAMBLÁ Marcondes. **Infância Laklãnõ**: Ensaio Preliminar, 2015.

OLIVEIRA, João Pacheco de e FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. 2006. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Rio de Janeiro: LACED/Museu Nacional.

OLIVIER DE SARDAN, Jean-Pierre. 2005 [1995]. Introduction: The Three Approaches in the Anthropology of Development; Conclusion: The dialogue between social scientists and developers”. In: **Anthropology and Development**: Understanding contemporary social change. London: Zed Books. Pp. 1-22; 198-216.

REX, John. Etnicidade. In: REX, John. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996, p. 284 a 286.

ROSTOW, W. W. 1959. The Stages of Economic Growth. *The Economic History Review*, New Series, 12(1): 1-16. [Em port.: ROSTOW, W. W. 1961. **As Etapas do Desenvolvimento Econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar. (Caps. 1 e 2)].

SASSEN, Saskia. 2016. Introdução: a seleção selvagem. In: **Expulsões**: brutalidade e complexidade na economia global. Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 9-20.

SÁNCHEZ, Beatriz Eugênia. **El reto del multiculturalismo jurídico**. La justicia dela sociedad mayor y la justicia indígena. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; 2001.

SANTOS, Juracy Marques dos. Povos, comunidades tradicionais e meio ambientes. In: **Revista Ouricuri**. Volume 1, Número 1. Salvador: EDUNEB, 2009. Disponível em

Valdemir de Almeida SILVA; José Jorge de CARVALHO. SABERES ANTROPOLÓGICOS: MEMÓRIA, ANCESTRALIDADE E IDENTIDADE EM TERRITÓRIO INDÍGENA TUPINIKIM NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/BRASIL. JNT- Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. FLUXO CONTÍNUO. JULHO/2022. Ed. 38. V. 1. Págs. 332-344. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

<https://sites.google.com/a/nectas.org/revistaouricuri/edicoes-anteriores/vol1>. Acesso: 23-jul-2021.

SILVA, Valdemir de Almeida. **Educação Indígena Intercultural de Aracruz**: uma contribuição para a interação entre culturas. Departamento de Educação. Faculdade de Ciências Humana de Aracruz, 2003. Monografia de graduação.

STAVENHAGEN, Rodolfo. 1985. **Etnodesenvolvimento**: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. Anuário Antropológico, 84: 11-44.

TEAO e LOUREIRO, Kalna Mareto. **História dos índios do Espírito Santo** / Kalna Mareto Teao e Klítia Loureiro. – 1. Ed. – Vitória, ES: Ed. Do Autor, 2009. 150 p.: il.